

# Versão da F-1000 é reapresentada

As duas primeiras perguntas feitas pelo relator Roberto Magalhães (PFL-PE) deixaram Ibsen Pinheiro (PMDB-RS) numa situação desconfortável. No caso dos cheques depositados por Genebaldo Correia (PMDB-BA) em sua conta, o deputado gaúcho repetiu a versão já conhecida da transação com uma caminhonete, em 1990. Mas, foi logo avisando, não tinha como comprovar a anulação da venda nem o pagamento do dinheiro que lhe foi repassado por Genebaldo.

Ele disse que Genebaldo sugeriu que desfizessem o negócio em julho ou agosto daquele ano. Como eram amigos, a operação não foi cercada de muitas cautelas e o recibo de venda foi destruído, o que Ibsen considerou muito natural depois da devolução do dinheiro. "Eu rastreei para descobrir a devolução do dinheiro ao Genebaldo. Recebi a informação de que é possível en-

contrar probabilidade em alguns débitos na minha conta. Mas é difícil, porque o cheque que repassei foi ao portador, não foi um cheque nominal. Há a probabilidade forte de que eu possa localizá-lo; não tendo, prefiro que o fato tenha a imprecisão de contorno da vida comum", disse Ibsen.

**Arquivamento** — Magalhães apresentou, então, a ata de uma reunião da qual ele participara como presidente da Câmara, em maio de 1991, e que decidiu pelo arquivamento do requerimento da instalação de uma CPI para apurar a existência de corrupção na Comissão do Orçamento. O requerimento com as assinaturas necessárias já tinha sido apresentado. Mas, curiosamente, as duas mesas, da Câmara e do Senado, decidiram pela extinção da CPI, que não chegou a ser instalada.

A explicação de Ibsen foi ina-

creditável: havia muitas comissões funcionando e não havia número de senadores e funcionários suficientes para compor aquela CPI.

"Em novembro de 1991, o requerimento com as assinaturas foi formalizado. Meses depois, o presidente do Senado, Mauro Benevides, comunicou que estava extinta. É estranha essa dissolução. Encontramos a ata da reunião conjunta que decidi pela extinção. O senhor tem lembrança dessa reunião?", perguntou o relator.

"Tenho lembrança. No dia 11 de maio, depois de apresentar as listas com indicação dos partidos para compor a CPI, nos reunimos no gabinete do Senado para avaliar as comissões pendentes. Há limites de senadores e funcionários e definimos algumas prioridades. Como presidente da Câmara, fiz o que me era competente. Não podia invadir a competência do presidente do Senado Federal", desculpou-se Ibsen.